

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Agnes Silva Pereira

**CONCILIAÇÃO E CONSERVADORISMO: UMA ANÁLISE DE CONSCIÊNCIA
CONSERVADORA NO BRASIL**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientadora: Christiane Jalles de Paula.

Juiz de Fora
2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Agnes Silva Pereira, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201673223A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado CONCILIAÇÃO E CONSERVADORISMO: UMA ANÁLISE DE CONSCIÊNCIA CONSERVADORA NO BRASIL, desenvolvido durante o período de Agosto de 2019 a novembro de 2019 sob a orientação de Christiane Jalles de Paula, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Agnes Silva Pereira

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

CONCILIAÇÃO E CONSERVADORISMO: UMA ANÁLISE DE CONSCIÊNCIA CONSERVADORA NO BRASIL

Agnes Silva Pereira¹

RESUMO

O presente artigo analisa a obra *Consciência Conservadora no Brasil*, de Paulo Mercadante. Seu objetivo é o de compreender o discurso conservador no país. Primeiramente, a autora apresenta uma breve análise de como Paulo Mercadante traça a composição e o processo de formação do Brasil, desde os anos coloniais até o início do regime ditatorial. A seguir, a autora trabalha a tese central de Mercadante que é a de que a conciliação como doutrina política positiva conservadora que sustentou o formaria o caráter e o imaginário políticos brasileiros. Nosso trabalho, busca explicar a seguinte questão da obra já citada: como pensar o liberalismo vinculado ao modelo mercantil-feudal, para chegarmos a um desenvolvimento gradual, sendo ele o resultado da conciliação? Além disso, trabalhamos a abordagem feita por este autor daquilo que identifica como uma aliança da elite detentora de domínio rural, e conseqüentemente cultural, com um grupo que Mercadante nomeia como ligados ao romantismo.

PALAVRAS-CHAVE: conservadorismo; conservadorismo no Brasil; conciliação;

1. INTRODUÇÃO

Em sua expansão ao longo da primeira década do século XXI o discurso conservador no Brasil vem ocupando mais espaços. Um representante dessa expansão é o presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro. Eleito com um número significativo de votos, em sua campanha, Bolsonaro, que também é capitão da reserva do exército brasileiro, não economizou em propagar um discurso nacionalista de cunho cristão, tendo o liberalismo como propósito econômico. Não poupou também falas que hostilizavam ideologias contrárias às suas, negacionismos referentes a períodos importantes do país, tal como a ditadura de 1964 a 1985. Usando de um discurso com essas características, Bolsonaro chegou a presidência.

Apesar do forte aspecto autoritário do então presidente, ele foi eleito de forma democrática. É esse fato que interessa na medida em que diz muito, não somente sobre o avanço conservador na sociedade a ponto de isso se manifestar nas urnas, mas também sobre quanto desse conservadorismo está presente na história do Brasil. Importa também os mecanismos que foram usados para manter muitas de nossas características. Paulo Mercadante apresenta a conciliação como um desses mecanismos.

Paulo Mercadante, foi um advogado nascido em Minas Gerais no ano de 1923. Tendo cursado humanidades ainda em sua cidade natal, Carangola, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se dedicou a graduação de direito e se especializou em ramos como o civil e comercial. Se dedicou ao magistério depois de prestar serviços de tradutor ao Ministério da Aeronáutica. A partir de 1950 colaborou com diversos jornais brasileiro, e somente no ano de 1965 publicou o seu primeiro livro e que seria a sua *Magnum opus*, *A consciência Conservadora no Brasil*. Em 1972, com a contribuição de Antônio Paim, publicou *Tobias Barreto na cultura brasileira, uma reavaliação*. No ano de 1977, publica *Militares e Civis: a Ética e o Compromisso*. Em 1988 *A Constituição de 1988, o Avanço do Retrocesso* e em 1993 publica seu último livro, *Graciliano Ramos, o Manifesto do Trágico*. Faleceu em 2013, no mesmo município em que nasceu.

A obra a qual interessa aqui é *A consciência Conservadora no Brasil*. Publicada em 1965, e portanto, posterior ao golpe militar de 1º de abril de 1964. O Brasil era dos militares e os mesmos usaram de seu domínio para decretar o Ato Institucional n.º 1, em que são extinguidos partidos políticos, juntamente com o Congresso, e as eleições passam a ser indiretas. Ainda nesse ano é decretado o Ato Institucional n.º 2, o qual extingue 13 partidos políticos e crimes políticos passam a ser julgados pela Justiça Militar. Há repressão de manifestações em universidades, prisão de professores e registro de casos de torturas e mortes. Era um cenário autoritário.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: silvaagnes.pereira@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Profª Christiane Jalles de Paula.

Nessa obra Mercadante busca através da história expor o aspecto conservador na formação brasileira e expõe uma consciência presente também na identidade social brasileira, a qual ele chamou de identidade nacional. Na formação dessa identidade exposta na obra o autor apresenta uma característica essencial, a conciliação. Ele relaciona o aspecto conciliatório com o conservadorismo, e também o modo como ambos dialogam ao longo da história.

No processo de formação de uma identidade nacional, a conciliação acontece de uma maneira propriamente brasileira mesmo que, claro, a nacionalidade naquele momento - na formação da colônia - tenha mais características portuguesas. Especialmente quando se fala na ideologia senhorial, sendo ela a principal característica dos primeiros tidos como brasileiros. Eram indivíduos ainda do feudo, - considerando aqui a terra recém descoberta por europeus - mas com as ambições marítimas e de mercado da época, dessa forma, surge ali, um indivíduo duplo que não vive somente do feudalismo, como na Europa, mas o também o capitalismo (MERCADANTE, 1980, p.54)

Com o maior conhecimento das terras, o senhor feudal se torna o senhor de engenho brasileiro, sendo ele o resultado da conciliação. Partia do engenho toda produção da colônia. Entretanto a produção do açúcar não era feita pelas mãos desses senhores. Àquela altura Portugal já havia descoberto o mercado africano de escravos e apostando na ascensão internacional da economia colonial trouxeram os navios negreiros. A mão de obra escrava foi um fator de peso naquela economia, e não somente nela. Ali o senhor de engenho, que já possuía domínio territorial, passa a ter domínio sobre os escravos, ou seja, domínio da força de trabalho.

A questão acerca do domínio é constante aqui, dado que ele moldou todas as esferas brasileiras. Como Mercadante apresenta, a elite do engenho possuía a mentalidade conservadora católica. O impacto desse domínio cultural-econômico é tão marcante quanto a própria conciliação, o que reforça a necessidade análise do que é apresentado pelo autor.

Para Mercadante a consciência conservadora está inicialmente na ideologia feudal e sua forte ligação com os princípios do catolicismo. O ponto de partida deste artigo é justamente trabalhar essa ideologia, o seu papel no Brasil dentro das conceitualizações do próprio autor. Desse modo serão abordadas suas noções de conservadorismo, de conciliação e sua influência na questão do desenvolvimento social até o que o autor chamou de o “movimento de abril”, se referindo ao golpe militar de 1964. Não propriamente se trata de um segmento histórico, ou uma linha do tempo, mas sim usar disso para o principal objetivo, que é a formação do discurso conservador na história do Brasil reafirmando medidas autoritárias e desiguais e, claro, usando das colocações do autor para tal.

2. A CONCILIAÇÃO

Mercadante explica o Brasil a partir do conceito de conciliação. Em seu olhar para o passado, o autor indica que a origem da conciliação está na metrópole. A monarquia portuguesa ainda muito ligada aos barões feudais não resiste a mercantilização presente em todo o continente. A entrada do mercantilismo compromete as esferas do feudalismo e seus interesses, até então predominantes. Ali o feudalismo também representava poder militar para ao Estado português. Porém com a inserção da classe mercadora, seu poder financeiro e sua influência nas questões expansionistas contribuíram a mais com a monarquia e sua força, fazendo com o que a influência, que até então era dos senhores feudais, enfraqueça. Então se torna necessário aos interesses da coroa um consenso, um meio de fazer com que ambas se relacionem de modo a não enfraquecer suas respectivas alianças com o Estado. Sendo possível melhor acentuar o ocorrido por meio do trecho:

A teoria vem sendo sólida e lentamente alevantada a partir da revolução de 1383, traçando a dinastia de Avis na história de Portugal um roteiro persecutório de uma ideologia fadada a servir de princípio mediador entre velhos elementos feudais e os novos preceitos timidamente cobiçados pelos embarcadores e comerciantes (Mercadante, 1980, p. 25)

A conciliação vem por meio do “expandir marítimo promove-se por uma dinâmica de mercadores através de métodos baronais”. Mesmo com certa distância das inovações que surgiam na Europa naquele período, por volta do século XV, passou-se a investir, portanto, em técnicas de navegação, de modo a fazer uma certa

“compensação” em relação às outras monarquias europeias (MERCADANTE, 1980, p.22-23). Após essa conciliação devido a investimentos na expansão marítima é que chegam os portugueses nas terras que seriam a ser hoje o Brasil.

Quanto a conciliação no Brasil, para Mercadante, ela ocorre pela primeira vez por vias econômicas. É feita a distribuição das terras destinadas à produção, ou seja, as terras em sesmarias. Forma-se os engenhos, os centros de produção da colônia, comandados por aqueles senhores rurais, que como já dito, se tornam senhores de engenho e formam o que o autor chamou de “unidade nacional”. Para organização desses engenhos foi usada a “forma de enfeudamento”, e isso gera interesse do mercado externo. Vale acrescentar que Mercadante aponta o interesse externo na produção como a única diferença entre o feudalismo europeu com o da colônia.

Formou-se assim uma colônia feudal-mercantil. Isso se concretiza através dos engenhos, ou seja, uma produção feudal que atende a todo um mercado externo. Mas não somente, pois essa mesma divisão diz muito a acerca das relações de domínio na colônia que representava o conservadorismo dos senhores. Assim se dá a primeira conciliação no Brasil. Sendo possível afirmar que se trata de um reflexo de decisões da metrópole.

Com a independência política, se encerra o “espírito de conciliação que provinha de todo processo histórico nacional”. Impulsionada pelos fatos, e não o contrário, a independência ocorre após a abertura dos portos brasileiros que o torna livre economicamente, e assim encerra sua aliança com a metrópole. Porém, para o autor, a conciliação é um aspecto enraizado na formação política do Brasil, de modo que a própria independência se deu a partir de diálogos entre grupos com posicionamentos divergentes.

Havia três grupos em destaque. O primeiro, considerado como o mais radical, buscava trabalhar as relações internas de produção, de modo que já foram favorecidos com a abertura dos portos. Também defendiam a Independência, o que para eles seria “a consolidação do ato advindo com a transmigração”. Se declararam favoráveis a emancipação dos escravos e possuíam “aspirações democráticas”. O outro grupo era o liberal que apoiava a monarquia constitucional e uma certa concepção de liberalismo econômico. Este grupo era composto por senhores rurais cujo principal interesse estava no mercado externo. Mercadante os chamou de “revolucionários pela metade”, levando em conta sua aceitação a “economia escravista”. E, por fim, havia o grupo formado por uma minoria “radical, também defensores da “liberdade de comerciar”, apoiadores da monarquia e escravistas, uma vez que viam a questão dos escravos, também, como uma vantagem econômica (MERCADANTE, 1985, p. 66-68).

De acordo com a interpretação de Mercadante, esses grupos compuseram a classe política da colônia, deram os beneficiados da coroa, e mesmo divergindo entre si eles se organizaram e erigiram um modelo para dar conta dos desafios de construção do país. Uma fórmula marcada pela mediação, o que levou à independência. Porém, para tal, ocorreu o enfraquecimento dos ideais radicais, uma vez que aceitaram uma série de concessões. As abdições de certos ideais possibilitaram, claro, primeiramente emancipação, que “nascerá para **alcançar-se, de modo cauteloso, a independência**”, o mesmo representou o contrário ao esperado pelos radicais, tendo em vista que manteve, por exemplo, a monarquia e dentro do ideal isso representava a falta de participação popular em um país independente. A desvantagem liberal assegura o sucesso conservador (MERCADANTE, 1965, p. 68 – grifo da autora)

2.1 A CONCILIAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES

Começou-se, portanto, a pensar acerca da primeira Constituição legitimamente brasileira. Uma constituinte que atendia mais a uma elite interessada no liberalismo econômico, levando em conta que “nunca esteve o liberalismo radical mais distante dos interesses do país”, de modo a ignorar questões como a abolição da escravatura que àquela altura não era mais presente em países como França e Inglaterra. Uma vez que esses países serviram de inspiração para a formação da constituição de brasileira de 1824. Acerca desse ponto o autor aponta que “inaugurava-se a política da cortina de silêncio”. Portanto, não se trata de uma constituinte que fosse fiel as subjetividades brasileiras, mas sim aos interesses da elite que também desejava evitar movimentações radicais como meio de proteger a “unidade nacional”. Para Mercadante na formação da Constituição a conciliação ficou estabelecida institucionalmente e articulou “liberalismo nas relações externas de produção e uma economia escravista nas relações internas de produção” (MERCADANTE, 1965, p. 86-89)

Com a formação de uma Constituição alheia a questões exclusivamente brasileiras, é natural que isso tenha produzido efeitos no desenvolvimento nacional. É interessante notar a recepção que fez Mercadante da obra *Instituições Políticas Brasileiras*, de Oliveira Vianna. Foi com base nas considerações do autor fluminense que Mercadante abordou de forma crítica a superioridade dos senhores de engenho e das instituições. Com a exclusão dos aspectos culturais subjetivos nessas instituições, as mesmas, na visão de Mercadante, se tornam artificiais. Passando por aspectos da sociedade europeia, como abordando seu desenvolvimento tanto econômico quanto cultural e conclui que “as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo haviam tornado fatalmente o Brasil um filho adotivo da cultura europeia”. Herdamos o que o autor chamou de “espírito metropolitano” (MERCADANTE, 1980, p. 98), uma vez que a conciliação como elemento importante na primeira parte da história do Brasil, permitindo a unidade territorial e a construção de uma história incruenta e contra-revolucionária. Como ela foi decisiva, é importante aqui seguir essa trajetória apresentada pelo autor.

O já mencionado “espírito metropolitano” é um ponto importante no contexto do conservadorismo, e não somente, é válido também a discussões acerca da identidade brasileira, como citado:

O apêndice econômico em que nos constituímos seria arejado de forma permanente pelos embates ideológicos travados no velho continente, acentuando-se assim, nos séculos seguintes da colonização, a interdependência da vida mental brasileira à paisagem ideológica externa. Trata-se de uma tela de influências que se ampliam e crescem, caracterizando-se por critérios imitativos de escolas, a princípio, para depois se fundirem os elementos projetados e próprios (MERCADANTE, 1980, p. 98)

Isso diz muito sobre a relação do brasileiro com o seu próprio espaço, de modo que, o autor justifica o uso da escravidão para crescimento de comercial. E também é uma justificativa para a aceitação do ecletismo¹ como filosofia, uma vez que o mesmo que “decorrerá da moderação, da prudência, do equilíbrio da burguesia, após a sua revolução vitoriosa” (MERCADANTE, 1980, p. 102)

Ao passo que Mercadante expõe a conciliação usando de acontecimentos históricos, ele aponta a mesma como alternativa brasileira a revoluções, dando seguimento a proposta eclética. À medida que “tudo faz crer que o radicalismo fosse, muitas vezes, conduzir o país a uma revolução, mas o equilíbrio dos líderes aparece de molde a contaminar as aspirações desenfreadas e assustadoras”. Exemplo de um acontecimento na história do Brasil que reforça a conciliação como meio de evitar revoluções é o movimento regressista, que surgiu dos moderadores da independência e derrotaram os liberais na constituinte de 1823 (MERCADANTE, 1980, p. 108-119)

Os regressistas foram, portanto o resultado da conciliação para a conciliação, uma vez que trabalhavam em prol de governo central, mas um governo central que contraria os movimentos abolicionistas e iam de acordo com a “defesa da organização servil do trabalho”. Criaram então a lei da Interpretação, como reação a possíveis medidas contrárias e assim, claro, favorecer a elite conservadora que tanto se preocupava em resistir a medidas liberais. Mesmo que os próprios liberais fossem resistentes a determinadas medidas que ali eram tidas como radicais. Como Mercadante coloca: “A escravidão deletava as limitações do liberalismo e não puderam nunca os radicais incorporar a pregação de seu programa o item favorável ao abolicionismo”, portando mesmo que os movimentos radicais tenham resistido, não havia poder em relação ao governo central, ou seja, os conservadores senhores de engenho interessados no mercado (MERCADANTE, 1980, p. 131-137)

2.2. A ESCRAVIDÃO

Paulo Mercadante propõe então a conciliação para além de um aspecto político, mas como uma doutrina presente na prática política, uma vez que foi essencial para formação das instituições, e, portanto, para a própria constituição da identidade política brasileira. Já havia se acalmado o radicalismo, deixando o conservadorismo predominante. Porém em termos econômicos, mais propriamente internos, havia uma situação a ser mudada, e tal mudança, para alguns, viria por intermédio do que até então garantia o sucesso econômico externo: a escravidão.

“O que se procura alcançar pois é o concerto da escravidão como alguns melhoramentos materiais (...) Todavia, no texto do programa, constava a confissão de que os homens do

governo tinham a opinião que se tem apelidado conservadora, opinião essa que não exclui o progresso e sim entendendo que não há boa conservação sem que não haja também progresso” (MERCADANTE, 1980, p. 147, apud, VISCONDE, 1853)

Concretizou-se então a discordância liberal e conservadora mais uma vez, agora sobre a liberdade dos negros. O autor cita Joaquim Nabuco que se coloca a favor da obediência e “espírito do tempo e da civilização”, e em uma perspectiva mais econômica diz: “é uma necessidade conceder aos indivíduos a iniciativa de suas empresas, a exclusiva responsabilidade de sucesso das suas empresas”. Nabuco representava a Liga, grupo tido como “progressista, defendendo, sobretudo a liberdade econômica”, e que com o enfraquecimento da monarquia assume influência forte sobre as instituições. Através do seu posicionamento assume a conciliação para além de apenas um meio de resoluções governamentais, mas, reiterando, uma doutrina (MERCADANTE, 1980, p. 152-153, apud, Nabuco, p. 357).

A conciliação como doutrina e sua influência no debate escravista também sinaliza para outra questão. Como citado por Nabuco, se trata também de “espírito do tempo”, e no mesmo o Brasil era tão inferior quanto no que se refere a medidas econômicas internas. A adoção da proposta liberal, mesmo que tida como radical no âmbito conservador - ou seja, também dominante economicamente e detinha o poder colonial - era um passo a o que já ocorria em terras europeias, mais propriamente, a Inglaterra. Significaria uma aproximação a vida social a qual inspirou a colônia.

No que favorecia o discurso dos liberais, Mercadante aponta a questão do tráfico de escravos. Sendo o Brasil ainda escravista, havia especulações de que o governo estaria compactuando com a escravidão. A fim de acabar com tais boatos, existia os liberais determinados a finalizar o “elemento servil”, nessa mesma medida, os conservadores resistiam. Por intermédio conciliatória fica determinado que a escravidão seria extinta “através de uma política de reformas”.

Para Mercadante, a abolição em si foi, assim como a independência, algo que se deu devido a medidas conciliatórias, ou seja, correspondendo medianamente a interesses mais radicais de modo a não afetar os conservadores que possuíam o domínio econômico. Porém, não era esperada a aceitação desses conservadores, como dito por Mercadante: “A questão não era, pois, para aquela elite, nem ética nem religiosa, porém prática. Não lhe interessaria uma solução proveniente de um desejo humanitário”. Buscavam ser realistas de modo a não se comprometerem tanto com a proposta a ponto de serem prejudicados, portanto, se mantinham sempre moderados. Moderados... de modo a reforçar a questão conciliatória como doutrina política brasileira (MERCADANTE, 1980, p. 160-161).

3. COMO A CONCILIAÇÃO SE RELACIONA COM O CONSERVADORISMO?

Após a exposição do que foi a conciliação, é importante acentuar melhor a noção conservadora do autor:

Em geral, não contém a mentalidade conservadora, por si própria, predisposição teorizante. “Parte de uma pragmática de que não cumpre divagar sobre as situações em que se encontram os homens naturalmente ajustados. **Dir-se-ia não haver problema equacionado numa ordem natural das coisas**, e eis a justificativa de um estado de espírito despido de inquietações. As reações conservadoras diante dos fatores imanentes e situações determinadas consistiram em atitudes habituais, **e nessa situação o pensamento tranquilamente aceita o existente, como se fosse a exata ordem das coisas e do mundo**” (MERCADANTE, 1980, p. 227, apud Mannheim, 1952, p. 199 - grifo da autora)

Portanto somente a reação de movimentos contrários a essa “ordem das coisas” provoca os “túrbidos receios a **determinada reações teóricas**”. Temos aqui a movimentação do liberalismo, ele como radical, e os senhores de engenho, os senhores rurais, como os pertencentes a tal ordem. Há uma colocação de um liberalismo isento de aspectos reais, uma vez que ordem conservadora faz uso da mesma, de modo que usa do passado, da experiência e “parte do princípio de que tudo o que existe possui um valor nominal e positivo em razão de sua existência lenta e gradual” (MERCADANTE, 1980, p. 227-228 - grifo da autora).

Quanto à mentalidade conservadora brasileira, ela se dá por vias da junção do ecletismo com o catolicismo e a ideologia da restauração. De caráter centrista, surge da conciliação. O autor a tem como uma mentalidade dúplice, diferente da mentalidade conservadora europeia. Isso porque no Brasil o conservador possui domínio rural, portanto outro é reflexo daquela conciliação na formação da colônia que o fez mercantil-feudal (MERCADANTE, 1980, p. 231). Se trata de um modelo econômico exclusivamente brasileiro que pode representar o discurso conservador na medida em que reforça as manifestações culturais que partiam, claro, dessa classe dominante. Fazendo um retorno ao início do livro em questão podemos destacar que eram manifestações claramente católicas, tal como na metrópole. Mas não somente a fé, mas os costumes e também os preconceitos, onde o Brasil colônia passa a exercer práticas vindas da santa inquisição, ou seja, passa a reprimir as manifestações contrárias a ordem que vinha sendo estabelecida.

As características mais conservadoras num âmbito social, passam também por questões como o sentimento de honra daqueles tidos pelo autor como “homens de qualidade”, os que viriam a se tornar os “senhores de latifúndio”, os mesmos que se recusaram ao trabalho braçal para preservação dessa mesma honra. Para melhor compreensão desse conceito, Mercadante cita: “Juro que não farei nenhum trabalho manual, enquanto conseguir um só escravo que trabalhe para mim, com a graça de Deus e do rei de Portugal” (MERCADANTE, 1980, p. 30-38, apud ALMEIDA PRADO, p. 133).

É importante destacar também nessa mentalidade uma característica, o romantismo, onde a sociedade, e todo o sentido presente na palavra, é “unidade espiritual”, portanto suas transformações se dão de formas não perceptíveis. A mentalidade conta também com uma consciência jurídica dotada da “superioridade dos costumes”, e aplica isso ao direito, sendo ele apenas questão administrativa, ou seja, ignorando o racionalismo, porque se não ignorasse a “unidade espiritual” não se distinguiria das normas jurídicas, logo a “ordem das coisas” estaria comprometida. Isso reforça o desejo de perpetuar essa ordem e então se perpetua o formalismo jurídico que “estendia-se às normas estreitas de comportamento, constituindo um instrumento poderoso para a diferenciação cultural, na adoção de uma linguagem apurada, de hábitos diferentes, que acabam por construir uma barreira social de diversas camadas” (MERCADANTE, 1980, p. 232-233).

Segundo o autor, havia um desejo de unificar tudo a uma “superestrutura jurídica”, a qual correspondesse às características brasileiras tanto no âmbito cultural, quanto político. Então a questão acerca do liberalismo não deveria ser ameaça a essa superestrutura. Portanto o liberalismo aqui é a parte econômica, somente, ignorando sua radicalização, ele se reduz a “preceito de direito público”. Seguindo a linha de Karl Mannheim, onde para “uma boa administração é preferível a melhor Constituição”, sendo a administração aquela responsável pela parte burocrática, ou seja, política, resultou em uma constituinte que garante o direito de propriedade de modo que ela não representa ameaça aos costumes. Mercadante aponta que esse liberalismo pela metade quando vai de encontro a questões como a escravatura, ambos seguem uma direção contrária a um desenvolvimento de forma linear, mas chegam ao desenvolvimento gradual. (MERCADANTE, 1980, p. 234-235)

Com o nacionalismo ligado ao conservadorismo, é natural que o mesmo seja composto de características rurais, ou seja, se trata de um nacionalismo que surge do domínio, de modo a melhor afastar os radicais e assim propagar a mediação como grande aspecto político brasileiro. Como coloca o autor: “O percurso para a liderança sempre importaria num recuo das posições exaltadas para o centro atuante” (MERCADANTE, 1980, p. 235-236). Centralizado o Brasil se fez independente, mas também conservador. Paulo Mercadante conclui com a ideia conservadora de Firmino Rodrigues da Silva:

“A ideia conservadora é inseparável de todas as instituições, em todos os tempos e fases da civilização. É a primeira que surge no dia seguinte ao das revoluções para firmar-lhe as conquistas. Sem ela a sociedade giraria desnorteada, como no espaço os corpos provados do centro de gravitação... Nos domínios da razão e da consciência este instinto se traduz no desejo de conservar o bem que possuímos; de não caminharmos para o desconhecido senão à luz da experiência dos fatos sucessivos, das ideias encadeadas como ciência exatas chegamos... A ideia conservadora não é a imobilidade chim, nem a fatalidade islamita. Não exclui o movimento pela mesma razão por que o não considera a única condição de aperfeiçoamento do ente moral, indivíduo ou sociedade... **O movimento é portanto uma lei de sua conservação, como de todo criado, e o progresso não é senão**

o movimento, na ordem moral e intelectual.” (MERCADANTE, 1980, p. 244, apud, Mascarenhas, p. 329 – grifo da autora)

Quando posicionada essa colocação acerca das leis juntamente com o que foi trabalhado por Mercadante, é possível ver no “movimento de abril”, como é chamado o golpe militar de 1964 por Mercadante, sua clara manifestação. Ao passo que ele se posiciona favorável a tomada do direito público em prol de um bem presente no meio ético e que, claro, é mais importante que o regimento da época. Mais especificamente ele se refere ao conservadorismo, sendo ele predominante na formação política e social do Brasil, de maneira que ele se impõe de usando de alguns meios repetidos que nem sempre foram favoráveis a todos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moralidade conservadora apresentada pelo autor é originalmente caracterizada pelo domínio e, embora não o considere e também negue, se trata de domínio mantido por meios violentos. É possível comprovar isso quando ele coloca os bandeirantes como instrumento de expansão, mas não somente a expansão espacial, mas também como “o patriarca, o legislador, o juiz e o chefe militar” que propaga a sua bravura sem quaisquer impedimentos. Não há na exposição de Paulo Mercadante apontamentos sobre o que significaria a prática dessa violência para os que sofreram.

Importa também colocar o visível romantismo de Mercadante para com os nativos, uma vez que trabalha a escravidão de forma mecânica sendo indiferente a problemática social que representa. As conceitualizações do autor posiciona o romantismo pragmaticamente na questão da escravidão.

Voltando a conciliação, entendemos que, para Mercadante, ela é a liga que permitiu a formação da nação brasileira. Na história do Brasil, na disputa entre conservadores e liberais, o espírito conciliatório das elites acabou favorecendo o segundo grupo. De modo que podemos constatar a predominância conservadora.

Retornando ao prefácio do livro referido é possível compreender a visão de Mercadante acerca do início do regime ditatorial. Foi portanto um rompimento com o ciclo conciliatório. Uma reação ao governo que tendia à esquerda liderado por João Goulart, o mesmo seria “uma ameaça comunista”, e portanto uma ameaça a elite conservadora. Uma vez reconhecida tal intimidação, havia uma classe média comprometida em manter seu status e conseqüentemente a sua mentalidade que tende sempre a manter as instituições tal como sempre foram. Para autor assim se dá o radicalismo do “movimento de abril”. “O ornamental era sacrificado para que o bem triunfasse”, e assim caminharia rumo à “verdadeira democracia”.

Porém a conciliação é a tendência, então embora radical e altamente autoritário, o autor vê que o período se trata de uma medida provisória, uma vez que o ideal conversador juntamente com a conciliação buscam juntos escapar de medidas radicais. Mas Mercadante não se refere a limites para a imposição conservadora, considerando que a mesma desfruta do seu domínio para “sacrificar o ornamental” e se reafirmar, mais uma vez, de forma violenta.

O discurso conservador apresentado por Paulo Mercadante se acentua e propaga historicamente porque ele conhece e manuseia o domínio. Domínio esse presente até mesmo no espectro da conciliação, considerando seu recorrente favorecimento. E como explicado, esse favorecimento não chega nas classes inferiores, trata-se de uma só classe, e a mesma que detinha a “unidade nacional”, a mesma que apoiou o golpe de 1964 e é a mesma que não limita métodos para o seu domínio.

A relação da conciliação como fator estrutural na formação da nação se associa aos tempos atuais quando nos referimos ao descontentamento da classe média com o governo anterior, o qual foi considerado por muitos como um governo esquerdista. Embora, claro, o governo da esquerda tenha usado da ferramenta conciliatória para ocupar o poder executivo - é possível apontar novamente a conciliação como doutrina - levando em conta as divergências de ideais, o campo ideológico não dialogava com a moralidade conservadora que Paulo Mercadante colocou. Por isso o rompimento.

Diferente de 64, a consciência conservadora se manifestou no âmbito político, não usando do domínio dessa classe de forma violenta e autoritária, mas foi uma mudança democrática. Portanto é possível entender o conservadorismo de 2019 para além das instituições, mas na sociedade. De certa forma ele está se reafirmando nas esferas políticas, com isso pode-se esperar o romantismo pragmático para questões sociais, o liberalismo de modo a favorecer as classes dominantes, e portando toda o tradicionalismo que o populismo de Bolsonaro propõe.

Bolsonaro se apresenta como aquele a defender “a ordem das coisas”, mas não se deve desconsiderar sua inabilidade política, a incoerência ideológica, uma vez que o vemos promover informações que não coincidem com a verdade. E também o seu autoritarismo e proximidade com o militares, o que considerando a história não deve ser visto com bons olhos. E embora Mercadante tenha a conciliação como escape ao radicalismo, o cenário é de que o mesmo seja possível, de modo a superar a democracia.

REFERENCIAS

CALEIRO, João Pedro. Em entrevistas, Bolsonaro nega que houve ditadura no Brasil e ataca Folha. **EXAME. Em entrevistas, Bolsonaro nega que houve ditadura no Brasil e ataca Folha.** 29 outubro 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/em-entrevistas-bolsonaro-nega-ditadura-e-promete-respeitar-oposicao/>. Acesso em: Novembro 2019.

Colônia. Domínio Público. Janeiro de 2010. Disponível em: <http://legado.brasil.gov.br/noticias/cultura/2010/01/colonia>. Acesso em: Outubro de 2019.

DIAS, Mauricio. Golpe de 1964. **Duas propostas para o Brasil: reformas de base ou modernização conservadora.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1964>. Acesso em: Outubro de 2019.

HISTÓRIA dos Direitos Humanos no Brasil: Linha do Tempo dos Direitos Humanos Brasil. **Linha do Tempo dos Direitos Humanos Brasil.** 1995. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/tempo/tempo_br.htm#19691960. Acesso em: 28 Novembro de 2019.

IBOPE (Brasil). Cresce o grau de conservadorismo do brasileiro em alguns temas. **Cresce o grau de conservadorismo do brasileiro em alguns temas.** 15 abril 2018. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/cresce-o-grau-de-conservadorismo-do-brasileiro-em-alguns-temas/>. Acesso em: 26 de novembro 2019

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência Conservadora no Brasil.** 3 ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1980.

PAULO MERCADANTE. *In:* AS MINAS GERAIS. Brasil. **PAULO MERCADANTE.** Disponível em http://www.asminasgerais.com.br/escritores/mercadante/area_base.htm. Acesso em: 25 de Novembro de 2019.

PRAZERES, Leandro. Bolsonaro é eleito com a maior diferença percentual de votos desde 2010. **NOTÍCIAS OUL. Em entrevistas, Bolsonaro nega que houve ditadura no Brasil e ataca Folha.** 28 outubro 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/28/bolsonaro-eleito-maior-diferenca-oito-anos.htm>. Acesso em: 25 Novembro 2019.

Propostas dos presidencialistas. **Proposta do candidato: Jair Bolsonaro.** Disponível em: <https://www.valor.com.br/eleicoes-2018/propostas/candidato/5>. Acesso em: 25 novembro 2019.

RAMOS, Jefferson Evandro Machado. **Bandeirantes - Resumo.** Quem eram os bandeirantes, resumo, atuação, as bandeiras, principais bandeirantes. Disponível em: <https://www.historiadobrasil.net/bandeirantes/> Acesso em: 22 de outubro de 2019